

Arrecadação federal bate recorde de R\$ 266 bi em maio

Alta do petróleo e mudanças em tributos impulsionam resultado

Da Redação

A arrecadação federal atingiu R\$ 266,8 bilhões em maio de 2026, o maior resultado para o mês desde o início da série histórica da Receita Federal, em 1995.

O desempenho foi impulsionado principalmente pelo aumento das receitas ligadas ao petróleo, pela atividade econômica e por mudanças na tributação adotadas nos últimos anos.

O valor representa alta real (acima da inflação) de 10,69% em relação a maio de 2025, já descontada a inflação. No acumulado de janeiro a maio, a União arrecadou R\$ 1,32 trilhão, também recorde para o período.

PRINCIPAIS NÚMEROS DA ARRECAÇÃO

R\$ 266,8 bilhões arrecadados em maio;

10,69% de crescimento real frente a maio de 2025;

R\$ 1,32 trilhão acumulado de janeiro a maio;

6,42% de alta real no acumulado do ano;

R\$ 50,6 bilhões arrecadados com petróleo e gás no ano;

R\$ 41,8 bilhões em Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no acumulado do ano;

R\$ 36,7 bilhões em Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) em maio.

PETRÓLEO MAIS CARO

Segundo a Receita Federal, a valorização do petróleo no mercado internacional teve impacto direto sobre as contas públicas. A alta dos preços da commodity, associada ao cenário de tensão no Oriente Médio, elevou receitas com royalties, exploração e tributação sobre exportações.

Somente em maio, o imposto de exportação sobre petróleo arrecadou R\$ 1,05 bilhão. As receitas não administradas pela Receita, que incluem royalties e compen-



O valor representa alta real (acima da inflação) de 10,69% em relação a maio de 2025

sações financeiras pela exploração de recursos naturais, cresceram R\$ 4,1 bilhões.

A arrecadação relacionada à extração de petróleo e gás natural chegou a R\$ 50,6 bilhões nos cinco primeiros meses do ano, contra R\$ 13,2 bilhões no mesmo período de 2025.

IMPOSTOS EM ALTA

Além do setor de petróleo, a Receita destacou o desempenho de outros tributos. O resultado foi influenciado pelo aumento da contribuição previdenciária, do Programa de Integração Social (PIS) da Contribuição para o Financiamento da Segurida-

de Social (Cofins), do IOF, do IRPJ e da CSLL.

Em maio, IRPJ e CSLL somaram R\$ 36,7 bilhões, com crescimento real de 33,11% em relação ao mesmo mês do ano passado. Segundo o órgão, cerca de R\$ 7 bilhões desse montante vieram de recolhimentos considerados atípicos, relacionados a mudanças na legislação.

O IOF também teve avanço expressivo, alcançando R\$ 8,1 bilhões no mês, alta real de 31,11% em relação a maio do ano passado. Em 2026, a arrecadação do imposto soma R\$ 41,8 bilhões, alta real de 38,77% na comparação com os cinco primeiros meses de 2025.

MUDANÇAS TRIBUTÁRIAS

A arrecadação também reflete medidas adotadas pelo governo nos últimos anos, como alterações na tributação de fundos exclusivos, offshores (empresas de investimento no exterior), redução de incentivos fiscais estaduais, combustíveis, encomendas internacionais, folha de pagamentos, apostas eletrônicas e juros sobre capital próprio.

Apesar dessas medidas, a Receita afirma que o resultado está relacionado principalmente ao crescimento econômico e ao desempenho dos setores produtivos.

BC prevê crescimento de 2% para o PIB em 2026

Da Redação

O Banco Central (BC) elevou de 1,6% para 2% a projeção de crescimento da economia em 2026. Em seu Relatório de Política Monetária, divulgado nesta quinta-feira (25), a autarquia destaca a surpresa positiva no resultado do Produto Interno Bruto (PIB - soma de todos os bens e serviços finais produzidos pelo país) do primeiro trimestre e a melhora nas perspectivas para a agropecuária e a indústria extrativa.

No primeiro trimestre de 2026, a economia do país cresceu 1,1% na comparação com o último trimestre de 2025, com expansão nos três grandes setores da economia - agropecuária, indústria e serviços. Diante do resultado,

de acordo com o BC, as estimativas para os três setores foram elevadas, bem como para a demanda interna, de consumo das famílias e investimentos por parte de empresários.

“A revisão também reflete a expectativa de maior dinamismo da demanda interna e dos setores mais sensíveis ao ciclo econômico, em grande parte associada a estímulos de natureza fiscal e creditícia”, diz o BC no relatório.

“Em sentido oposto, a expectativa de trajetória mais elevada para as taxas de juros tende a mitigar esse impulso”, acrescentou.

O relatório do BC apresenta as diretrizes das políticas adotadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom) para a definição da taxa básica de



PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

Inflação pode subir no fim deste ano e cair até 2028

juros, a Selic, e avalia a evolução recente e as perspectivas da economia, especialmente as projeções de inflação. A Selic é o principal instrumento do BC para manter a infla-

ção sob controle.

De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. O Copom iniciou o corte dos juros em

março, num cenário de queda da inflação. No entanto, a guerra no Oriente Médio, que se refletiu no aumento dos preços de combustíveis e de alimentos, dificultou a queda da taxa em ritmo mais elevado.

Na última reunião, semana passada, por unanimidade, o colegiado reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual - para 14,25% ao ano - pela terceira vez seguida, apesar das tensões em torno do fim da guerra.

A autoridade monetária ainda pondera que permanecem as incertezas sobre os efeitos dos conflitos no ambiente doméstico.

“O conflito no Oriente Médio também eleva a incerteza em torno das projeções de crescimento”, explicou.